

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2013 (Do Sr. Guilherme Campos)

Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para discutir as políticas públicas específicas do atual governo para proteger as fronteiras brasileiras vis-à-vis os crescentes problemas de segurança pública nas cidades brasileiras.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. com base no art. 117, inciso VIII, e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) c/c § 2º, do art. 58 da Constituição Federal (CF) a realização de Audiência Pública para discutir as ações do atual governo para resguardar as fronteiras brasileiras vis-à-vis a vulnerabilidade e a carência de políticas públicas específicas verificadas nas cidades localizadas na tríplice fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina.

Para tanto, faz-se necessário à participação das seguintes personalidades:

- SENHORA REGINA MIKI, Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.
- SENHOR LEANDRO DAIELLO, Diretor-Geral da Polícia Federal.
- SENHOR FERNANDO AUGUSTO VICENTINE, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Paraná (Sinpef-PR).
- TENENTE-CORONEL ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON, Departamento da Força Nacional de Segurança Pública.

- SENHORA MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA, Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal.
- SENHOR SIDNEI NUNES DE SOUZA, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Paraná.
- SENHOR CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO, Secretário da Receita Federal do Brasil.

JUSTIFICATIVA

De acordo com o divulgado pelo governo, o Plano Estratégico de Fronteiras nasceu da necessidade do Brasil reforçar a presença nos 16.880 km de fronteira terrestre com países vizinhos.

A partir de junho de 2011, o governo federal passou a integrar as ações dos diversos ministérios e os poderes públicos locais para implantar o referido plano que prevê atuação integrada de municípios, órgãos federais e estaduais de segurança pública, da Receita Federal do Brasil e das Forças Armadas.

Segundo divulgado pela imprensa, a avaliação do governo acerca dos resultados do Plano Estratégico de Fronteiras é positivo.

Não obstante, alguns fatos contestam essa análise:

São eles:

1. Queda de investimentos e abandono de diversos pontos de vigilância nas fronteiras do país.
 - Nos últimos seis anos, os gastos da Polícia Federal no Paraná com custos gerais, como locação de mão de obra e pagamento de passagens e diárias aos policiais, estão “congelados” em cerca de R\$ 19 milhões. Em 2013, as despesas acumuladas com custeio chegaram a R\$ 19,9 milhões até setembro. Os dados são do Portal da Transparência do governo federal.
 - Segundo o Sindicato dos Policiais Federais do Paraná (Sinpef-PR), a PF deveria contar com 1,5 mil policiais fazendo investigação no estado, mas o total hoje não passa de 500.
2. A situação fática dos equipamentos à disposição da Polícia Federal no Paraná:
 - Em agosto deste ano, a delegacia da Polícia Federal de Guaíra recebeu uma lancha blindada de combate para atuação na área de fronteira. De acordo com informações da imprensa, essa lancha custou cerca de R\$ 2 milhões aos cofres públicos. Essa região, de Guaíra, é considerada a mais crítica em toda a fronteira paranaense com o Paraguai. Não obstante há denúncias de que a lancha está parada há meses no pátio do posto de fiscalização com problemas mecânicos.
 - Em setembro deste ano, noticiou-se que o Veículo Aéreo Não Tripulado – VANT - que está em São Miguel do Iguaçu, no Paraná

está parado por falta de falta de pessoal técnico qualificado para operá-lo.

3. As ações de combate ao contrabando e ao descaminho por parte da Secretaria da Receita Federal, bem como as perspectivas de reposição do quadro funcional de auditores da área aduaneira:
 - A falta de servidores e de infraestrutura impede a realização de ações de fiscalização, controle e repressão aduaneira.
 - Não obstante as carências reconhecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB), devido a dificuldades orçamentárias, os concursos públicos serão postergados, e não deverá haver seleção em 2014, segundo reconhecem a própria RFB e os ministérios da Fazenda e do Planejamento.
 - O governo federal desacelerou investimentos no programa de proteção às fronteiras e no apoio à construção de presídios estaduais em 2013.

Diante do que precede, e tendo em vista que a precariedade de nossas fronteiras está na raiz de muitos problemas que assolam o Brasil, solicito a Vossa Excelência autorização para realizar de audiência pública com a presença das autoridades citadas a fim de que possamos esclarecer essas e outras dúvidas bem como promover um amplo debate sobre os problemas que atravessam muito facilmente os nossos limites territoriais.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2013.

Deputado Guilherme Campos
PSD/SP